

MARGENS, O LUGAR DO NOVO EM PORTO ALEGRE

Andréa Soler Machado



Para os navegantes, as margens da cidade de Porto Alegre constituem o seu rosto; para os poetas, o seu verso inicial; para nós, arquitetos, a fachada principal, em constante construção ao longo da história; para todos, o lugar onde o sol se põe magnífico a cada fim de tarde. A capital gaúcha surgiu e se desenvolveu a partir das margens do rio Guaíba. Ao longo de seus 234 anos de história, Porto Alegre vem construindo, através de uma sucessão de aterros, uma faixa de terra que circunda a península de origem.

O solo criado através de assoreamentos possibilitou a reinvenção da cidade: triplicou a área central, gerando uma base plana na íngreme colina de trinta metros. De certa forma, a descrição une dois sentidos da palavra margem definidos pelo dicionário brasileiro: 1) “beira, trecho de terra fértil banhado pelas águas de um curso de água”; 2) “parte em branco em volta de uma folha manuscrita ou impressa”. Num ou noutro caso, um lugar para o novo, tábula rasa para arquiteturas que, durante o século XX, integrariam o processo de modernização da cidade.

Infelizmente, um olhar cuidadoso irá admitir que o terceiro sentido da palavra margem, que denota uma exclusão negativa, também se encontra presente em nossa bela orla. Composta por dois elementos urbanos de grande significação histórica – o porto e a praia –, duas realidades que estipularam os parâmetros de crescimento e o duplo caráter fisionômico da cidade, as margens porto-alegrenses são não apenas um lugar belíssimo, mas o maior objeto de desejo das transformações urbanas colocadas em prática a partir da República.

Durante o século XX, planos urbanísticos distintos e projetos arquitetônicos a eles vinculados, portadores de ideologias e concepções urbanas diversas, empenharam-se em delinear, de maneira imaginária ou concreta, bordas distintas para a cidade. Em 1932, as obras de prolongamento da Avenida Borges de Medeiros seguem o exemplo da abertura da Avenida Central, no Rio de Janeiro: perfuram a cumeeira da península, com seu Viaduto, ligando as margens norte e sul, através do centro.

A foto aérea atual (Figura 1) nos mostra o resultado e as cicatrizes dessa história: a área correspondente ao território original densamente ocupada por edifícios altos provenientes do boom imobiliário dos anos 1940. Em algumas ruas, trechos remanescentes da idéia da casa portuguesa, de porta e janela, no alinhamento, implantada em lote estreito e comprido. Circundando esse conjunto, a faixa de terra plana, de baixa densidade, dos aterros: ao norte, a faixa portuária apartada da cidade, atrás dos três metros de altura do muro de contenção de cheias; ao sul, junto ao bairro Praia de Belas, uma área repartida entre centros administrativos e parques, de acordo com o modelo modernista, derivado de Brasília.

Devido à grande distância existente entre as proposições e suas realizações e aos vários problemas de costura e continuidade entre o aterro e o núcleo urbano da área central, a configuração atual pode ser

descrita como uma grande *bricolage* de modelos urbanos e tipos arquitetônicos distintos (Figuras 1 e 2).

Diante de uma forma urbana que é o resultado do confronto ora pitoresco, ora caótico entre ordens distintas, quais as possibilidades de projeto, de inserção de arquiteturas que proponham melhores conexões entre estas partes? A proposição é pensar que os bons resultados dos concursos públicos de projeto de arquitetura realizados (sobretudo a partir dos anos 1990), para essa área, demonstram a eficácia deste meio de ação, tanto para a comunidade arquitetônica quanto para a sociedade como um todo. Por outro lado, exercícios especulativos aplicados sobre essas áreas, no ateliê de projetos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, têm detectado oportunidades e testado estratégias de projeto, contribuindo no aprofundamento do tema e podendo, inclusive, ser descritos como subsídios a futuras intervenções.

Por um ou por outro caminho, é plausível pensar os projetos futuros como conectores de fragmentos e qualificadores do espaço público. Neste sentido, acredita-se que as respostas positivas se vinculam, ainda que indiretamente, a aspectos históricos da forma urbana. Sob esse ângulo, a história se torna ponto de apoio para as novas arquiteturas. Entretanto, é a partir das questões formuladas pelo projeto, no tempo presente, que a história se revela. Um partido arquitetônico consistente se constrói não apenas através da resolução de questões programáticas e opções formais subjetivas, mas também a partir da montagem de uma lógica própria, capaz de estabelecer diálogos significativos com o lugar em que se insere. Para tanto, o projeto irá selecionar pontos e recompor fatos, formulando uma espécie de versão própria da história. Nessa perspectiva, pode-se pensar que o novo pode ser visto como uma porta de acesso ao passado e, complementarmente, na construção de uma história das margens a partir do olhar do projeto: uma história capaz de dar subsídios para projetos futuros.

Em termos teóricos, três conceitos auxiliam na construção de uma história a partir do ponto de vista do projeto:

1. *configuração*: conceito relacionado aos atributos formais das imagens arquitetônicas;
2. *utopia*, traduzindo a distância entre cidade real concreta e imaginária preconizada por planos e projetos;
3. *representação*, permitindo olhar as imagens como registro ou rastro relevante do espírito de seu tempo.

Em termos de método, essa história apóia-se nas principais intervenções reais ou imaginárias para a orla:

1 Os planos urbanísticos de 1914, 1943 e 1959.

1.1 Circunstâncias históricas, bases programáticas e horizontes paradigmáticos;

1.2 Enunciado dos problemas da cidade;

1.3 Figuratividade proposta.

2 Os concursos de projeto parque Marinha do Brasil, nos anos

1970, muro da Mauá e Porto dos Casais, nos anos 1990, e Procuradoria, em 2004.

2.1 Leitura e vínculos com a história;

2.2 Limites e possibilidades de projeto sobre um plano diretor com bases modernas: como os projetos respondem às questões de contexto, de paisagem e de clima específicos das margens; até onde o plano atua como ordenador positivo, ou norma excessivamente restritiva;

2.3 Através do entendimento das lógicas construídas pelos projetos, questionar a validade do modelo urbano ao qual os projetos devem estar subordinados.

3 Os exercícios acadêmicos.

3.1 Formulação de problemas de projeto hipotéticos e investigativos de possibilidades alternativas às normas urbanas vigentes;

3.2 Especulação sobre a inserção do novo no espaço urbano historicamente construído da cidade: diálogos com a história; o novo como conexão urbana; o edifício como um encaixe;

3.3 Invenção do novo a partir da qualificação dos sistemas de movimentos, espaços públicos e a paisagem das águas.

A investigação admite, assim, muitos desdobramentos. Este artigo se concentra na segunda vertente, correspondente aos concursos de projeto realizados nas margens porto-alegrenses. O objeto específico de análise corresponde a duas propostas resultantes do concurso público de projetos para a sede da Procuradoria Regional da República, em Porto Alegre, realizado em 2004, sob a organização do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RS), cujo resultado corresponde a uma significativa produção, em qualidade e número de propostas.

OS CONCURSOS PÚBLICOS DE PROJETO: CONEXÕES ENTRE TEMPOS E LUGARES

Os concursos públicos de projeto constituem um recorte específico e muito importante da produção arquitetônica, categoria de trabalho de extrema riqueza para a investigação de temas nem sempre recorrentes à prática profissional e principal laboratório de geração do novo.

Alguns concursos serviram de ponto de inflexão na arquitetura da segunda metade do século XX. No exterior, imediatamente vem à mente concursos, como o da Opera de Sidney; os do Centro Pompidou, La Villete, La Défense e Biblioteca Nacional, em Paris; a ampliação do Museu do Prado, em Madri; o Fórum de Tóquio, etc. No Brasil, o plano de Brasília, até hoje estudado; os concursos realizados pelo SESC; o do Pavilhão Brasileiro em Sevilha, etc.¹

Em um concurso, a escolha de um único vencedor é a regra do jogo e implica a exclusão, no mundo real, das demais propostas apresentadas pelos concorrentes. Entretanto, o conjunto das mesmas é grande e se apresenta, no âmbito da pesquisa acadêmica, não como uma coleção de impossibilidades, mas como configurações possíveis do que poderia ser. Por outro lado, todas partem de bases comuns, mas cada uma constitui um ponto de vista distinto sobre o programa de projeto e sobre a cidade na qual se localiza, e por isso cada alternativa constitui

um partido e um discurso distinto.

O farto material produzido e publicado através dos concursos públicos de projeto de Arquitetura constitui documentação importante não apenas de acesso ao passado da cidade em que se insere, mas dos complexos processos imaginativos que a transformam, concretamente ou não, aportando uma modernidade articulada, em maior ou menor grau, com as utopias e com a tradição. O conjunto correspondente aos projetos resultantes de um concurso de projetos constitui uma produção qualificada e plural: várias equipes mobilizam-se para executar um projeto em um curto espaço de tempo, e a variedade de propostas demonstra que existem muitas possibilidades para um mesmo problema e lugar – há muitas verdades.

Os projetos de arquitetura correspondem a configurações que se inserem sobre a figura inacabada da cidade, pré-figurada, em parte, pelos planos diretores. As imagens constituídas pelo projeto vinculam-se aos planos diretores como cláusulas de um contrato. O plano vigente normatiza o solo urbano, impondo severos limites à sua ocupação e às possibilidades inventivas de qualquer projeto. Entretanto, a produção variada resultante dos concursos públicos de projeto demonstra que esta margem de atuação projetual, ainda que limitada, conduz a uma significativa pluralidade interpretativa que representa diferentes visões de futuro surgidas de diferentes olhares sobre o passado. Em cada projeto, a arquitetura e a história protagonizam um discurso urbano distinto, expresso através de um conjunto de imagens e um breve relato textual: o projeto resultante de um concurso pode ser uma oportunidade de reinvenção histórica.

Através de um edital, requisita-se um conjunto limitado de imagens e um texto-memória, ambos articulados conformando uma proposta única que deve possuir clareza e consistência sintética. Em imagem ou texto, a arquitetura deve conquistar, e o projeto é o galanteio, o poema, o caminho do desejo à forma. Diferentemente dos projetos arquitetônicos comerciais recorrentes, nos quais os elementos gráficos e textuais seduzem o cliente, mas se concentram nas especificações técnicas, o conjunto de imagens e textos produzidos por cada uma das muitas equipes integrantes de um concurso de projetos deve competir na sedução de uma banca escolhida para selecionar um único vencedor e algumas premiações subseqüentes. Essa condição sugere um trânsito do texto entre aspectos técnicos e poéticos do projeto: por um lado, a descrição dos seus elementos de composição e de arquitetura; por outro, explicações, objetivos e justificativas, reveladoras de um posicionamento em relação aos aspectos físicos, históricos e simbólicos do lugar: terreno, bairro, cidade.

DUAS VERSÕES

O local escolhido para a implantação do edifício sede da Procuradoria Regional da República/ 4ª Região, Porto Alegre, corresponde a um terreno localizado sobre os aterros da Praia de Belas, um solo artificial surgido através do primeiro Plano Diretor da cidade, de 1959. Por outro



1

Foto aérea atual de Porto Alegre

AMARAL, Henrique, *Porto Alegre Vista do Céu*, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.



2

Mapa da cidade de Porto Alegre, 1772

OLIVEIRA, Clóvis, *Porto Alegre e sua Formação*, Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole S.A., 1993.



3a

Terreno do Concurso da PRR4

Edital do Concurso



3b

Terreno do Concurso da PRR4

Edital do Concurso

lado, o Plano de 1959 tem sua origem nos estudos anteriores não concretizados: o Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel, de 1914, e o Plano Gladosch, de 1943, bem como seus desdobramentos, nos posteriores planos, de 1979 e 1999. Apresentarei aqui a memória de dois projetos nos quais participei, no primeiro, efetivamente, e no segundo como redatora final do texto. Ambos relatam a inserção do edifício homenageando a cidade e sua história. (Figuras 3a e 3b)

PROJETO A

Uma passagem, um caminho, uma travessia, um cruzamento. Assim pode ser entendido o novo edifício da Procuradoria Regional da República: uma ponte de ligação, não apenas entre os seus dois acessos, mas entre pólos aparentemente opostos da cidade de Porto Alegre.² A sua localização privilegiada às margens do Guaíba e o seu programa monumental representativo do poder público conduzem à metáfora estabelecida como ponto de partida na concepção do projeto: a passagem ou ponte entre tempos, partes e oposições que caracterizam a história do Direito e da mais importante capital do sul do país.

O edifício da Procuradoria pode ser entendido como uma peça a mais no longo processo de configuração das margens porto-alegrenses. A realização deste concurso público para a escolha de seu projeto representa, até certo ponto, a continuidade do projeto urbano de modernização da cidade, iniciado em meados do século XX, cuja meta simbólica era a construção de uma ponte entre a cidade real e a cidade do desejo. Há uma ligação histórica, portanto, entre o programa da Procuradoria e a sua localização nos aterros da Praia de Belas, um lugar inventado para abrigar edifícios públicos, por meio de uma série de projetos vinculados ao Plano Diretor de 1959, o primeiro plano da cidade com estatuto de lei. O terreno estipulado pelo concurso público de projetos para a implantação da Procuradoria localiza-se nesta nova área urbana privilegiada às margens do Rio Guaíba, conquistada das águas através dos sucessivos aterros que a partir dos anos 1950 triplicaram a área da península de origem da cidade de Porto Alegre, com a finalidade inicial de proporcionar novos espaços ao Centro Administrativo Estadual, até então restrito à Praça da Matriz.

A nova margem sul está, assim, predestinada a constituir o lugar do novo. Ocupada atualmente por prédios públicos estaduais e federais, parques urbanos e muitos vazios a serem preenchidos, a imensa área dos aterros constitui um fragmento exemplar de tecido moderno, idealizado de acordo com o modelo urbanístico criado pelas vanguardas do século XX, que o século XXI tratará de concluir. Guardando esta especial relação com esta nova parte de seu território, Porto Alegre pode ser entendida como uma geografia construída e conquistada, numa verdadeira operação de invenção do solo urbano, uma recriação das fronteiras entre a cidade e o grande rio, sua principal referência natural. Ainda em construção e em busca de uma identidade, a margem sul é fachada moderna que os



4
MACHADO, Andréa, Aquarela da fachada norte portuária de Porto Alegre;
Acervo do autor



5
MACHADO, Andréa, Aquarela da fachada sul moderna de Porto Alegre;
Acervo do autor



6
Perspectiva de partido do projeto A.
Acervo equipe A

barcos vislumbram a partir do Guaíba, complemento e contraponto à histórica fachada norte, portuária, que deu origem ao Porto dos Casais. (Figuras 4,5 e 6)

A proximidade e o paralelismo da Avenida Borges de Medeiros – principal conexão entre as faces norte e sul da área central da cidade (Figura 2) – com o eixo longitudinal norte-sul do terreno da Procuradoria sugerem o seu potencial ordenador, tanto dos seus elementos programáticos, quanto dos elementos simbólicos contrastantes fundamentais do lugar, como a cidade e o rio, o natural e o humano, a inexistência e a criação de espaços, a presença do vazio e a permeabilidade da matéria, a penetração do clima, das visadas, da natureza e da metrópole no edifício. Configurando um grande vazio central que simboliza o seu caráter social, o eixo-passagem estipula uma composição que divide a torre em duas alas paralelas, a leste e a oeste, conectadas, em cada pavimento, através de passarelas e áreas de uso em diferentes posições, propondo que a nova construção não seja um obstáculo, mas uma ligação entre espaços aparentemente opostos, como o seu interior e seu exterior, a cidade e o rio, o Parque da Harmonia e a futura Praça Cívica do Centro Administrativo.

Devido às distintas configurações geradas pelas diferentes posições das passarelas nos diferentes pavimentos, o vazio central, iluminado zenitalmente, adquire uma dinâmica variada, mas é o espaço vertical que integra todos os níveis da edificação, permitindo um fácil entendimento do espaço do edifício como um todo. Este espaço de atravessamento horizontal e vertical define o principal caráter do edifício, onde este ativo “vácuo” interno é tão importante quanto a materialidade da construção. Conectado lateralmente ao grande eixo norte-sul do vazio central, o volume arredondado do auditório aparece suspenso e pode ser lido como uma adição acidental ao volume regular, condição condizente com o seu caráter excepcional funcional, que define a marquise sobre o acesso desde a rua Otávio Francisco Caruso da Rocha.

Posto que a arquitetura, além de funcionar, deve emocionar, a surpresa do grande vazio interno do edifício contrasta positivamente com o aconchego do abrigo que se tem ao entrar. A torre é fragmentada formalmente em quatro volumes verticais maciços prismáticos armados como cantoneiras, costuradas através da trama metálica estruturadora do edifício, que reforçam o seu caráter de passagem e fazem referência informal a duas construções importantes do imaginário porto-alegrense: a ponte Getúlio Vargas que, com seus quatro e sólidos pilares, é reconhecida como a simbiose entre a metrópole e o rio, porta de entrada de pessoas, veículos e navios; e o Hotel Majestic, um edifício trespassado pela Rua dos Cataventos e pela cidade, o abrigo da rua, misto de espaço interno e externo, público e particular, convidativo e acolhedor, convergente e inspirador, entendido como casa da poesia urbana de Mário Quintana, também uma ponte entre a luta da cidade com seus tempos e suas águas:

A enchente de 1941. Entrava-se de barco pelo corredor da velha casa de cômodos onde eu morava. Tínhamos assim um rio só para nós. Um rio de

portas a dentro. Que dias aqueles! E de noite não era preciso sonhar: pois não andava um barco de verdade assombrando os corredores? Foi também a época em que era absolutamente desnecessário fazer poemas...³

O projeto reafirma a idéia que o edifício está na cidade como a cidade está no edifício. Seus espaços abertos e permeáveis aos fluxos humanos e naturais de Porto Alegre o colocam como uma construção em simbiose com a geografia urbana, seus aspectos construídos e naturais. Ecológica e técnica num mesmo gesto, a imagem do edifício da Procuradoria Regional da República vai além de suas obrigações públicas e jurídicas: simbolizando a passagem do passado ao futuro, das leis e da cidade, o projeto alinha a sua arquitetura com os ideais construtivos do século que se inicia e afirma a sua consciência com a sustentabilidade social e natural do planeta: a arquitetura da cidade deve celebrar o tempo presente no qual vivemos servindo de passagem, porta de entrada, para um futuro melhor e mais justo.

PROJETO B⁴

O local destinado para a implantação do edifício da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Porto Alegre, faz parte de uma grande intervenção urbana que veio a modificar completamente a relação da cidade com o rio Guaíba. A face sul do centro de Porto Alegre, zona de predominância residencial, foi o último desses aterros, criando uma área de expansão sobre a Praia de Belas. Esta zona plana foi criada para abrigar uma nova área verde e os Centros Administrativos, Estadual e Federal, funções que a colina do centro já não comportava.

Ao longo dos últimos cinquenta anos, muitos projetos urbanísticos se sobrepuseram, muitas cidades foram imaginadas, mas até hoje a nova margem sul segue carente de conexões em relação ao restante da cidade. Neste caso, os condicionantes de projeto ficam equilibrados, numa equação completa e estratégica que contempla todo o projeto, desde a origem do seu terreno, durante a construção dos aterros, até o momento atual, de consolidação da sua ocupação. Diante da história de transformações do lugar e do panorama atual arquitetônico, caracterizado pela multiplicidade de tendências, um programa de caráter público, como a Procuradoria, busca uma identidade a partir de referências situadas no modernismo, um momento fundamental da arquitetura brasileira.

Neste momento, enquanto inúmeros padrões ditam e direcionam interesses e o capital privado constrói nossos *skyscrapes*, a sua revalorização se faz uma opção válida de projeto e implica a revisão de seus princípios, conduzindo a uma ampliação de suas possibilidades relacionais com a cidade. Considera-se não apenas a visão original das vanguardas, segundo a qual o cenário do prismático edifício moderno se reduziria a uma idealizada paisagem natural; agora a sua pureza se corrompe em busca de novas relações com a cidade contemporânea, com o entorno e com a cultura local. A abstração cede lugar à complexidade, através da qual se pode articular modernidade e tradição. Aí residem as

possibilidades inventivas desta opção.

As cidades brasileiras cresceram de forma muito diferente do ideal moderno, mesmo dentro de zonas planejadas. Adaptaram-se, abraçando ou destruindo tecidos históricos, expandindo suas manchas, criando novos bairros medievais. Os tipos sofreram mutações e, sucessivamente, a cidade mudou abrigo essas novas edificações. Por outro lado, apesar de uma aparente unidade formal, cada capital do país tem suas peculiaridades, detalhes que dão identidade aos projetos e principalmente aos seus lugares.

A busca de um caráter único e exclusivo já não é mais tão importante, mas sim a forma como as regras são aplicadas. O equilíbrio entre a forma e a cidade substitui a máxima da forma derivada da função. Os térreos das edificações sempre foram espaços de grande importância urbana, pois é onde o edifício mais se relaciona com a rua e com os cidadãos, o espaço que se abre e preserva os acessos ao mesmo tempo. Pouco a pouco, os *pilotis* modernistas deixam de ser totalmente abertos e adquirem um pouco deste caráter tradicional, transformando-se em uma zona de articulação entre os volumes da edificação e entre esta e a paisagem urbana.

No contexto brasileiro, poucos, porém exemplares, edifícios públicos modernistas de grande importância apresentam estratégias compositivas capazes de adaptar o modelo moderno às circunstâncias locais. Um exemplo porto-alegrense é o edifício do Palácio Farroupilha, sede da Assembléia Legislativa, no qual uma grande esplanada cívica faz a transição entre o volume da torre e a rua inclinada e estabelece uma diferenciação hierárquica entre os dois acessos relacionando, espacialmente, o edifício com a histórica Praça da Matriz. Em nossa proposta, a volumetria inventada pelos cânones modernistas, da torre de escritórios sobre base pública, obedece à legislação da área, mas é reinterpretada, em termos de torre, relacionada ao espaço público, sobre base que se recorta e modela artificialmente o terreno, tornando-se um conjunto ondulado de planos e rampas de acesso. Alinhando-se com a torre e com a rua Otávio F. C. da Rocha, a base aberta e transparente define o acesso principal, de pedestres e veículos, da sede da Procuradoria da República e abriga, ao nível do térreo, a recepção e demais atividades que exigem maior contato com a rua.

Com suave declividade a partir da fachada sul, o topo da base estende-se em direção à parte norte do lote, originando um segundo duplo acesso – direto ao edifício e ao auditório, em área fechada, em situações especiais – caracterizando-se não apenas como pavimento intermediário que contém os *pilotis*, mas também como esplanada que dá continuidade à Praça Cívica. Paralelamente à esplanada, as lajes inclinadas dos estacionamentos otimizam a escavação para um subsolo e meio, equivalente a uma altura que abriga todas as vagas. Sobre a esplanada ainda localizam-se vagas especiais adicionais com acesso pelo recuo lateral no pavimento térreo.

Ao sul, o edifício se abre através dos acessos e se fecha em um

volume mais leve e transparente, configurando a face da rua. Ao norte, o espaço aberto é privilegiado, criando um acesso especial que prevê a consolidação do quarteirão e da Praça Cívica. Desta forma, a relação entre a base e o entorno imediato se molda de acordo com o tipo de interface de cada fachada do lote. A torre contém todos os espaços de trabalho da Procuradoria dispostos verticalmente, de acordo com a hierarquia funcional estipulada pelo seu programa: os arquivos, os depósitos, as secretarias e a administração ocupam os primeiros pavimentos, e os núcleos e os procuradores localizam-se nos níveis superiores, desfrutando das belas vistas do local. O último pavimento configura-se como um terraço embutido no volume, ligado, diretamente, às funções comuns a todos os funcionários: um estar, a sala de ginástica, o restaurante e a biblioteca.

Os seus distintos pavimentos seguem a regra modernista da planta livre, na qual a modulação, surgida através da trama de pilares, articula-se à compartimentação funcional, resolvida através de divisórias leves e prevendo distribuição de redes por piso elevado. Perfurações internas das lajes, em diferentes posições, geram um vazio central no interior do volume, possibilitando ventilações cruzadas e conexões visuais dinâmicas entre os seus diferentes níveis.

A técnica construtiva utilizada segue a modernidade e a tradição do local: estrutura de concreto, com lajes planas pré-moldadas, peles de vidro protegidas com *brise-soleil* de regulação automatizada, cujo desenho procura responder aos requisitos climáticos e energéticos de cada uma das quatro orientações, e revestimentos de pedra arenito, material recorrente em várias edificações de Porto Alegre. Esta conjunção entre rugosidades, transparências e filtros converge para a obtenção de uma imagem de elegância e resulta em economia de meios para o empreendimento.

DUAS VERDADES IMAGINÁRIAS

As duas propostas enquadram-se totalmente nas bases do concurso, vinculadas à legislação urbanística vigente. Ambas cumprem o programa. Entretanto, cada projeto propõe uma configuração distinta, resultante de interpretações alternativas, mas não necessariamente divergentes em relação às possibilidades da arquitetura moderna. De um lado, a Equipe B propõe uma tipologia tipicamente moderna, a torre prismática de escritórios sobre *pilotis* e base de dois pavimentos, derivada dos esquemas corbuseanos, cuja reinterpretação nas mãos de Lucio Costa e Oscar Niemeyer produziu uma arquitetura moderna brasileira reconhecida internacionalmente. Esta tradição moderna brasileira inclui Porto Alegre, que a partir dos anos 1940 adere ao novo estilo, inaugurado com a construção do Ministério da educação e saúde (MES), em 1936, no Rio de Janeiro. A adoção deste partido dá continuidade ao modernismo genuíno, um processo estético que trabalha sobre a adequação de um repertório de esquemas compositivos e de elementos de arquitetura predeterminados e abstratos às circunstâncias locais (climáticas, simbólicas,

históricas, etc.).

○ Projeto A refere-se explicitamente a duas construções importantes da cidade: a casa de cultura Mario Quintana e a ponte Getúlio Vargas. A primeira faz parte de uma concepção figurativa de cidade, na qual as edificações conformam os espaços abertos. O espaço é a figura pública predominante sobre o pano de fundo edificado que se impõe em generosas alturas nos interiores públicos dos edifícios. A segunda é pura estrutura, expressão da técnica e da superação de limites e horizontes. A ponte é ligação da cidade com o mundo. Mas também a pureza estrutural remete à essência dos quatro apoios que caracteriza a cabana primitiva de Laugier, fazendo, desta forma, referência a um passado essencial e vivo.

○ partido é uma invenção que interpenetra uma referência na outra: quatro grandes volumes verticais conformam a base da planta, uma figura retangular predeterminada pela legislação, abrigando um grande vazio central que organiza todo o edifício inserido no terreno como passagem pública, entre a cidade e a natureza, do parque e das águas. Ambos representam a inserção do novo como reinvenção tópica e positiva dos aterros, outorgando novos significados à cidade e à memória coletiva. Para Aldo Rossi, a interpretação veiculada pelo projeto é o que permite que os elementos permanentes se tornem monumentos, marcos de memória ligados à identidade da forma urbana, cumprindo o importante papel de propulsores do processo dinâmico da cidade.

OS CONCURSOS COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Os concursos de projetos são práticas usuais para a confecção de prédios e/ou lugares urbanos importantes. São formas particulares, lícitas e democráticas de obtenção de trabalho que pode resultar na concretização ou não do artefato projetado. Apenas um concorrente verá o resultado de seu esforço e alguns premiados receberão alguma quantia equivalente a algum honorário de projeto. Entretanto, mesmo que permaneça no papel, o projeto representa um acontecimento, uma produção que integrará o *portfolio* de um escritório, sendo uma peça a mais na sua história arquitetônica. Por outro lado, o projeto passa a fazer parte de um acervo cultural abrindo-se à crítica e integrando-se a uma história maior e pública que paulatinamente vai sendo escrita: a história da arquitetura brasileira.

Apesar da variedade, os projetos representam a adoção da postura predominante neste novo milênio, preocupada em estabelecer muito mais articulações que rupturas entre os tempos históricos dos espaços urbanos. Iniciada nos anos 1980 sob o desígnio de contextualismo, a arquitetura que revaloriza a cidade surge em reação ao modernismo que caracterizou a maior parte do século XX, segundo o qual o velho associado à condição colonial deveria ser suplantado pela construção de uma nova ordem urbana republicana brasileira. Desta forma, as propostas inovam, mas fazem referência, em maior ou menor grau, literal ou conceitualmente, a aspectos históricos do lugar em que se inserem.

Cada concurso constitui uma produção localizada em um momento

preciso e é natural que, dentro de certos limites, o conjunto de propostas traduza o pensamento contemporâneo nacional ou regional de sua época, integrando um imaginário que, ainda que indiretamente, atua sobre o real. Independente de sua qualidade, cada proposta narra uma história: representa a inserção do novo como transformação tópica do meio urbano, outorgando novos significados à memória coletiva. A documentação resultante dos concursos públicos de projeto é farta e não se reduz aos projetos de cada equipe; deve considerar também o edital, as consultas à comissão organizadora, a ata de julgamento e os vários artigos virtuais ou impressos de divulgação e análise que prolongam suas vidas. Todo esse material em geral é de âmbito público e constitui material privilegiado de pesquisa.

○ PROJETO É UM CONTO

O projeto arquitetônico é o produto do trabalho imaginativo dos arquitetos e tem como objetivo a construção de artefatos urbanos, casas, edifícios ou espaços abertos que, em maior ou menor grau, conformam as cidades. É, por definição, prescrição e implica certa antecipação espacial e temporal do novo. Ao representar o objeto a ser construído em suas partes constituintes, como se fosse uma dissecação de um objeto já existente, suas imagens e especificações precedem a construção da edificação propriamente dita: suas etapas e seus tempos.

Diferente do plano, em relação à natureza de seus procedimentos e em escala de atuação, o projeto arquitetônico “é a invenção de um objeto por meio de outro que o precede no tempo [...] tendo como resultado a produção de um conjunto de especificações e representações que permitem construir o objeto representado”.⁵ Entretanto, o material gráfico com que contribui para a construção do futuro contém também o passado, pano de fundo sobre o qual se inserem as imagens arquitetônicas. Este tempo distante aparece representado pela arquitetura da cidade, um artefato composto por edifícios e espaços de diferentes épocas: vestígios, testemunhos, monumentos e símbolos de outrora capazes de evocar lembranças e construir sentidos. Esta forma de inserção do novo em contextos históricos é o que Colin Rowe define como método *collage*:

A *collage*, a menudo método para prestar a atenção às sobras do mundo, para preservar sua integridade e dotá-los de dignidade, para compor o prosaico e o cerebral, como uma convenção e uma ruptura de convenção, necessariamente atua de modo inesperado. Um simples método, “uma espécie de discórdia concors, uma combinação de imagens díspares, o descobrimento de semelhanças ocultas em coisas aparentemente desiguais”, as observações de Samuel Johnson em relação à poesia de John Donne, que poderiam ser também observações a cerca de Stravinsky, Eliot, Joyce e grande parte do cubismo sintético, são indicativas da absoluta confiança da *collage* em uma mistura de normas e recordações, em uma visão retrospectiva que, para aqueles que pensam na história e no futuro como progressão exponencial em direção a

uma simplicidade cada vez mais perfeita, somente pode provocar a impressão de que a *collage*, com todo o seu virtuosismo psicológico é um impedimento caprichosamente colocado na rota estrita da evolução.⁶

A colagem é uma técnica figurativa que se opõe às estratégias utópicas, apontando para a revalorização do projeto arquitetônico, um procedimento que garante a sua inserção através de operações compositivas apoiadas na inscrição topológica de seus modelos tipológicos ou arquetípicos referenciais. Não se trata de uma simples operação de superposição de uma camada ideal a uma real, mas de um trabalho de tecelagem, capaz de encontrar pontos de contato entre uma e outra dimensão: é a síntese do heterogêneo, como diz Paul Ricoeur.⁷

Paradoxalmente, a modernidade se constrói refazendo a história. Podendo resultar em construção efetiva ou permanecer no plano do imaginário, o projeto arquitetônico constitui sempre documentação que estabelece um diálogo entre os tempos urbanos, como se verifica, por exemplo, em vários projetos que promovem a passagem da cidade colonial para a cidade moderna brasileira. O arquiteto realiza a sua própria leitura do urbano, selecionando traços que possam servir de apoio às estruturas compositivas do projeto. Desta forma, cada projeto é uma invenção, conta uma história.

NOTAS

- ¹ MAHFUZ, Edson, Concursos de arquitetura: exploração ou oportunidade de crescimento?. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq039/arq039_03.asp
- ² Equipe A: João Diniz, Clarissa Bastos, Andréa Machado, Juliana Froes, Cristiane Amaral, Mônica Ogura e Vanessa Mendes.
- ³ QUINTANA, Mário. Disponível em: <http://www.secrel.com.br/jpoesia/quinta.html#inicio>
- ⁴ Equipe B: Nathalia de Oliveira, Cristiano Kunze, André Mafra, Ana Cláudia Vettoretti, Micael Eckert e Pedro Carpena.
- ⁵ CORONA MARTÍNEZ, Alfonso. *Ensayo sobre el proyecto*. Buenos Aires: CP 67 editorial, 1991, p. 9.
- ⁶ ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Ciudad Collage*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978, p. 140.
- ⁷ RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Porto: Rés, 1983.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2001.
- COMAS, Carlos Eduardo. *O espaço da Arbitrariedade*. Revista do Servidor Público, Brasília: FUNCEP, jan/mar 1983.
- CORONA MARTÍNEZ, Alfonso. *Ensayo sobre el proyecto*. Buenos Aires: CP 67 editorial, 1991.
- MACHADO, Andréa Soler. *A borda do rio em Porto Alegre: arquiteturas imaginárias, suporte para a construção de um passado*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatohy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1999.
- RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Porto: Rés, 1983.
- RICOEUR, Paul. *Architecture et narrativité*. Urbanisme, n. 303, p. 44-51, nov./dec. 1998.
- ROSSI, Aldo. *La Arquitectura de la Ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Ciudad Collage*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

Andréa Soler Machado

Arquiteta/Doutora em História/Professora Adjunta Departamento de Arquitetura UFRGS.